



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

**REUNIÃO ENTRE A FENPROF E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO,
REPRESENTADO PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DA EDUCAÇÃO E A SENHORA SECRETÁRIA DE
ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Videoconferência, em 25 de junho de 2020

**Outros aspetos que a FENPROF apresentou em ofício dirigido ao
Ministério da Educação em 16 de junho, p.p.**

1. Avaliação, não só ilegítima, como ilegal, dos docentes e do seu desempenho no âmbito da designada monitorização do E@D

Face a situações que surgiram e sobre as quais a FENPROF já informou o Ministério da Educação, que fará a tutela, junto das escolas e agrupamentos para esclarecer da ilegalidade do procedimento e, nos casos em que já foram feitos os inquéritos, sejam quais forem os resultados, que estes não poderão relevar para efeitos de avaliação dos docentes?

2. Ação inspetiva para fiscalização de situações de eventual inflacionamento de notas de alunos no âmbito da classificação interna

A FENPROF pretende informação sobre ponto de situação da ação desenvolvida no ano letivo passado: há ação disciplinar que tenha tido lugar? Pretende-se, também, informação sobre o que procuram os inspetores este ano, ou melhor, como podem concluir, num ano tão atípico, que houve inflação de notas? Como poderão obrigar a alteração? Quais os requisitos uniformizadores que serão aplicados quando a diversidade sobre o que se passou nas escolas disparou? A FENPROF acompanha a preocupação, mas tem dúvidas sobre os procedimentos em curso.

3. Elegibilidade, em sede de IRS relativo a 2020, de despesas feitas pelos docentes em equipamentos, em comunicação e outras que se confirmem resultar do exercício de funções em regime de teletrabalho

4. Integração, no concurso, dos docentes que não se candidataram ao concurso externo

Há relatos dramáticos de situações, incluindo de docentes que concorreriam em 1.ª prioridade para vinculação e que deixaram passar os prazos, pois estes coincidiram com a primeira fase do confinamento, toda a adaptação ao E@D e, simultaneamente, a resolução de problemas familiares, como a garantia de acompanhamento de filhos e/ou de pessoas idosas, algumas infetadas com Covid-19 ou em situação de risco, em lares. As aulas deixaram de ser presenciais em 16/3 e o concurso decorreu entre 26/3 e 3/4. Propõe-se a abertura de uma fase extraordinária de acesso ao concurso, de apenas 2 ou 3 dias, por exemplo, sem possibilidade

de quem concorreu poder alterar dados da candidatura apresentada, mas apenas para admissão de quem não concorreu.

5. Correção (ou adenda) das listas ordenadas de candidatos à progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira

A publicação de listas com todos os dados necessários à verificação da sua correção no que respeita à ordem dos candidatos foi compromisso do Ministério da Educação, em 2019, após posição da CADA. Inicialmente o ME tinha respondido tal como repetiu agora (que as listas continham os dados necessários a eventual reclamação dos docentes), mas, em reunião, foi acrescentado o argumento da proteção de dados e informado que se a CADA concordasse, no futuro, esses dados passariam a constar. Quando se conheceu posição da CADA, o ME tornou público que os serviços seriam informados da necessidade de corrigir as listas, o que não chegou a acontecer. O problema é que agora se repete o problema: não são publicitados os dados que dão lugar à ordenação. Não se propõe, nesta fase, a recolha das listas, publicação de outras e que tudo volte ao início; propõe-se que a calendarização se cumpra e que depois da publicitação dos dados, os docentes possam verificar, eventualmente reclamar e, a haver casos em que os candidatos deveriam ter obtido vaga, sejam criadas vagas adicionais para que não sejam penalizados nem esses, nem os que já progrediram.

6. Rejuvenescimento do corpo docente das escolas e a aprovação de medidas que, de imediato, atraíam para a profissão os jovens (regresso de jovens já formados e opção de jovens que concluem o secundário)

A falta de professores que já se sentia bastante antes do confinamento, tenderá a agravar-se com aposentações (691 no primeiro semestre de 2020) e com necessidade de reforçar a contratação em algumas escolas para fazer face às exigências que o próximo ano letivo colocará. A FENPROF propõe a marcação de uma reunião só para esta discussão e que tenha como ponto de partida os documentos já emitidos pelo CNE em que esta preocupação está presente.

Em relação a outros aspetos que a FENPROF aborda no ofício que entregou no ME em 16 de junho, p.p., só duas questões, por agora:

- **Carreira docente:** há ainda 6 anos, 6 meses e 23 dias de trabalho cumprido que estão por recuperar, que não foram esquecidos. Aproxima-se a discussão do OE para 2021 e esse tempo em falta deverá ser lembrado, designadamente se houver a tentação de ainda impor novos congelamentos ou cortes nos salários. Os professores, pelo enorme esforço que têm realizado, não precisam de agradecimento, mas exigem ser respeitados nas suas condições de trabalho e na sua carreira.

- **Precariedade:** o problema está longe de ser resolvido. No concurso externo para 2020/2021 foram abertas 872 vagas para ingresso nos quadros, das quais 709 adstritas à chamada norma-travão. Se lembrarmos que em 2019 se aposentaram 1 409 docentes e no primeiro semestre de 2020 mais 691, temos um total de 2 100 saídas em ano e meio; se também lembrarmos que em 16 de agosto de 2019 tivemos 8 670 contratações anuais, fica claro que é numeroso o contingente de docentes com vínculo precário que dão resposta a necessidades permanentes das escolas. Este é um problema que está ainda por resolver!

Lisboa, 25 de junho de 2020
O Secretariado Nacional da FENPROF